

## OS IMPACTOS DA EXPANSÃO CANAVIEIRA-AÇUCAREIRA NO MERCADO DE TRABALHO DE PIRACICABA

Eliana Tadeu Terzi \*

Maria Thereza Miguel Peres \*\*

### RESUMO

O município de Piracicaba vem enfrentando, nos últimos anos, alguns desafios para a continuidade de expansão da sua tradicional produção canavieira. Um dos problemas decorrentes destes desafios diz respeito a perda de postos de trabalho por parte dos trabalhadores rurais e a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho local. O objetivo deste trabalho é demonstrar, através de um resgate histórico (1930-1970) e econômico o quanto a expansão canavieira em Piracicaba vem desestabilizando e modificando as condições de inserção do trabalho no meio rural, relativizando portanto as avaliações que se remetem apenas ao cenário atual, ignorando os seus impactos históricos. Para alcançarmos o objetivo proposto foram investigadas análises e dados secundários que permitiram uma caracterização histórica do trabalho na lavoura canavieira assim como o seu impacto na reconfiguração do emprego tanto no meio rural como no meio urbano. O que se pode concluir é que o mercado de trabalho agrícola em Piracicaba historicamente tem sido cada vez mais restrito e oferecendo oportunidades precárias de emprego. Ou seja, os desafios atuais não trazem conseqüências novas, mas acirram mais uma vez a face perversa da modernização canavieira.

**Palavras-Chave:** Mercado de Trabalho, Agroindústria, Desenvolvimento Local.

### APRESENTAÇÃO

O mercado de trabalho rural em Piracicaba vem enfrentando atualmente, mais uma vez, as tensões nas relações de trabalho, devido aos impactos decorrentes da possível mecanização generalizada ou não do corte da cana de açúcar e da legislação que limita o tempo de sobrevivência da queimada deste produto. Os problemas oriundos destas novidades, ao lado de outros, tem despertado o debate em torno das oportunidades de emprego no meio rural Piracicabano, identificando neste meio a importância da cultura canavieira no emprego da mão-de-obra agrícola e nas condições

---

\* Professora Doutora em História Social – USP/ Professora de Economia UNIMEP e ESALQ – USP.

\*\* Professora Doutora em História Social – USP/ Professora de Economia UNIMEP

de sobrevivência de várias famílias fornecedoras de cana-de-açúcar para agroindústria canavieira. Neste sentido, tem sido evidenciado o problema social proveniente de tais medidas para os cortadores de cana de modo geral e para os pequenos produtores, já que representam juntos o elo mais frágil da cadeia produtiva.

Muitas vezes o debate em torno de tais problemas são acompanhados de impressões saudosistas sobre a tradição canavieira-açucareira em Piracicaba e região. São depoimentos e opiniões muitas delas publicadas pelo jornal da cidade, que relembram a importância desta atividade para o progresso econômico da macrorregião de Piracicaba e o prejuízo que a perda do dinamismo de tais atividades podem provocar para as cidades. A vocação tradicional da região se encontra ameaçada não só pelos desafios apontados, mas vem sofrendo os efeitos de uma crise na produção canavieira iniciada desde a década de 80, atravessando os anos 90. Apesar de ter sido classificada em 8º lugar no ranking de produção canavieira, segundo a Secretaria Estadual da Agricultura e de ter crescido sua produção 32,81% (correspondente à safra 99/00) em relação à safra de 92/93, sua participação relativa na oferta de cana em relação a outras cidades do Estado sofreu uma queda de 6,73% para 6,13% neste período. Muitos produtores não tem conseguido resistir a variação no preço da cana, alegando que tais preços não tem sido suficientes para cobrir os gastos com frete, defensivos agrícolas e o corte, por exemplo. Alguns produtores tem conseguido se manter no mercado diversificando a produção, investindo no cultivo de abobrinhas, pimentão, pepino, arroz e milho, negociando diretamente com o Ceasa.

Mesmo diante de tais desafios acredita-se na manutenção do dinamismo da atividade em Piracicaba, apesar da tendência de diversificação de culturas, das áreas irregulares que restringem significativamente a mecanização do corte de cana, da expansão da área urbana sobre a área rural e da legislação que impõe a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Isto pode ser constatado pelos depoimentos do presidente da Associação dos Fornecedores de Piracicaba e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba, publicados constantemente no jornal local.

Não é de se estranhar, portanto, que tais transformações na condução da atividade canavieira seja palco de análises e discussões sobre o seu futuro. Até porque, vale ressaltar, que muitas análises e perspectivas transcendem as limitações locais e sofrem influência nacional e/ou internacional, acompanhando, por exemplo, a discussão sobre fontes energéticas renováveis. Isto pode ser observado mais recentemente na

regulamentação da lei nº 11.241, de 15 de setembro de 2002. De acordo com esta lei, já publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado será feita em até 30 anos. De um lado os produtores de cana comemoram a extensão do tempo para eliminar a queimada, em face das irregularidades do solo das plantações canavieiras. De outro lado especialistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz contestam o prazo estabelecido na medida em que compromete o projeto das usinas limitando o investimento no palhicho da cana como fonte de energia renovável, como valor agregado.

Na realidade, a conjuntura atual, tem revelado que a preocupação com a modernização da lavoura canavieira e o seu impacto no mercado de trabalho tem sido tratado como se este fosse um problema atual, desconsiderando os efeitos históricos desta modernização junto aos seus trabalhadores e população das cidades e do desenvolvimento ancorado no complexo agroindustrial. Este é um momento oportuno para refletir com mais realismo as relações de trabalho construídas historicamente pela expansão canavieira em Piracicaba e o seu impacto na configuração do desenvolvimento desta cidade, para que as alternativas buscadas não desconsiderem o passivo social das experiências passadas.

## **O CELEIRO DA VIZINHANÇA**

Piracicaba é a cidade da mais antiga região canavieira do Estado de São Paulo. A cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no município durante o Ciclo Açucareiro Paulista<sup>1</sup>, na segunda metade do século XVIII e não parou de prosperar mesmo durante o auge da expansão da produção cafeeira: entre 1896 e 1905, a produção açucareira saltou de 34.042 sacos para 130.000, tendo crescido 400%. No mesmo período a produção cafeeira aumentou 38,4%, saltando de 3.000 para 4.152 cafeeiros. Em 1915 a cafeicultura apresentava o mesmo número de 1905, decaindo, em 1925 para 3.500 cafeeiros.<sup>2</sup>

A expansão da produção em Piracicaba foi possibilitada, em grande medida, pela modernização de suas unidades produtivas com a fundação na cidade de dois engenhos centrais: O Engenho Central de Piracicaba, fundado pelo Barão de Rezende em 1881 e o Engenho Central de Monte Alegre, através de seu proprietário, Antonio Alves Carvalho,

---

<sup>1</sup> Sobre o Ciclo Açucareiro Paulista ver PETRONE, 1968.

<sup>2</sup> CANABRAVA e MENDES, 1938, p. 284.

que na condição de principal acionista, desencadeou a partir de 1898 uma série de medidas no sentido de modernizá-lo.

Pode-se dizer que a partir do século XIX, o município de Piracicaba já apresentava condições promissoras para o crescimento da produção de cana e de açúcar. Segundo Maria Celestina Mendes Torres o que diferencia a região açucareira de Piracicaba das regiões marcadas pela grande propriedade canavieira ou cafeeira, é seu padrão de vida modesto, mas com fartura alimentar:

*“... com as despensas cheias de latas de biscoitos, sequilhos, goiabada e marmelada, e onde a gentileza e a hospitalidade substituíam o luxo e a grandeza... os traços da sociedade formada na região açucareira – patriarcalismo, influência política, latifúndio – assinalados tão intensamente na obra de Gilberto Freyre, Diegues Junior, Fernando Azevedo, Caio Prado Junior e outros, em Piracicaba se diluem, atenuando-se numa acomodada burguesia, não obstante a presença de homens como o Barão de Serra Negra ou o Barão de Rezende, o conselheiro Costa Pinto ou os Souza Queiroz e Sousa Barros, fazendeiros importantes que ocuparam altos cargos públicos ou políticos”*<sup>3</sup>

A primeira vista este é um aspecto social curioso sobre as origens das elites em Piracicaba e região. Esta mesma autora afirma que desde meados do século XIX os proprietários de terras se destacam por suas iniciativas empresariais, pela sua formação, méritos políticos e culturais. Como exemplo, são citados: o padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel ao mesmo tempo em que foi professor e diretor da Academia de Direito foi proprietário da gleba da Fazenda Monte Alegre; a sociedade entre Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza. Reconhecido pelo seu temperamento empreendedor, Vergueiro destaca-se não só pela sociedade agrícola que organiza, consolidando para a firma Vergueiro e Souza a propriedade de grandes extensões de terra no município de Piracicaba como também Senador do Império; o Ministro do Império Dr. José da Costa Carvalho, também fora governo da Província e conhecido como Marques de Monte Alegre, como o novo proprietário dos Engenhos

---

<sup>3</sup> MENDES TORRES, 1975, p. 153.

Monte Alegre, Taquaral e Limoeiro. Ao lado desses ainda destaca-se os irmãos Ribeiro de Andrada.

Pode-se considerar que os grandes proprietários de terras de Piracicaba e região detentores de títulos de nobreza, de posições destacadas no meio político e educacional não dão conta de representar o típico fazendeiro piracicabano. Além de grandes proprietários estava presente propriedades menores, geralmente voltadas à produção de gêneros alimentícios ofertados pelo comércio local. E ainda engenhos menores, produtores de aguardente. Neste período tanto a produção cafeeira como a expansão canavieira não embargava o cultivo diversificado nas demais propriedades. Mendes Torres identifica uma especificidade nas iniciativas dessas elites reconhecendo tal período como “época de economia mista”. Para os proprietários de terras e políticos da cidade tratava-se da “extinção do latifúndio” no município. Interessados em divulgar tal aspecto, a Câmara Municipal organiza dados estatísticos fornecidos ao Presidente da província em 1876, revelando a diversificação da área produtiva, conforme os dados abaixo podem demonstrar:

<b>Produtos</b>	<b>Área Cultivada Alqueires</b>	<b>Produção Arrobas</b>
Algodão	180	16.000
Arroz	2.500	75.000
Batata	300	15.000
Café	4.000	200.000
Cana	1.380	60.000
Feijão	5.000	25.000
Fumo	25	500
Mandioca	1.000	6.000
Milho	20.000	2.500.000
Campos Artificiais	1.500	-
<b>Total</b>	<b>35.880</b>	<b>2.897.500</b>

Bastante enfático neste sentido foi o editorial da Gazeta de Piracicaba de 21 de setembro de 1883, elaborado a partir da atualização de um artigo de Manoel de Moraes Barros e Prudente de Moraes, publicado no Almanak literário do Sr. José Maria Lisboa, no ano de 1878. Este artigo relata que:

*“... a produção de gêneros alimentícios aqui excede de muito o consumo local, e é exportada para São Paulo, Itu, Campinas e Rio Claro. Corram mais algumas dezenas de annos e Piracicaba será o*

*celeiro da vizinhança, exceção feita a Capivary que também é um ovo bom e de pequeno”*<sup>4</sup>

É no interior deste cenário agrícola e agrário que imperava no município de Piracicaba o intenso debate envolvendo o trabalho escravo e o trabalho livre. Muitos fazendeiros já vinham de fato adotando novas relações de trabalho com familiares de imigrantes. O jornal local tornava-se um instrumento eficaz de divulgação deste novo procedimento com notícias que nominavam os fazendeiros precursores:

*“ Libertação em massa. O Sr. João da Cruz Leite, fazendeiro d’este município, passou carta de liberdade aos seus escravos (...), com a condição de prestação de serviços até 31/12/1889.*

*Além desses não possui o Sr. João da Cruz mais escravos, pois os que possuía foram (...) substituídos por braços livres, mandando vir para sua fazenda só trabalhadores, naturais de Treviso, Itália, e com os quaes está, segundo nos disse, mais que satisfeito, pois tem os colonos dado muito boa prova de sua aptidão para a lavoura e amor ao trabalho.*

*Que este exemplo sirva de incentivo para substituição do braço escravo , único recurso que se pode lançar mão a lavoura atual e sua única e benéfica salvação, é o que sinceramente desejamos”.*<sup>5</sup>

Superado o debate sobre a conveniência ou não do trabalho livre entre as elites piracicabanas, em fins de 1887, fluxos significativos de imigrantes dirigem-se a Piracicaba e os fazendeiros passam a organizar suas colônias. A união da classe proprietária de terras já se colocava como condição primordial para as novas relações de trabalho. As famílias de trabalhadores imigrantes que aqui chegavam já se deparavam com várias estratégias de controle desta mão-de-obra no sentido de organizar e disciplinar o mercado de trabalho. Foram feitas convenções entre fazendeiros, reuniões e manifestações, geralmente publicadas no jornal, buscando socializar procedimentos para arrematação e manutenção destas famílias de imigrantes.

---

<sup>4</sup> Gazeta de Piracicaba, 21/09/1883. TERCI, 1991, p. 52.

<sup>5</sup> Gazeta de Piracicaba, 30/07/1887. TERCI, 1991, p. 80.

O mercado de trabalho livre, através da intervenção dos fazendeiros, se expandia alertado para o tipo de imigração que interessava. Era necessário que a imigração trouxesse efetivamente mão-de-obra para a lavoura. Os turcos, por exemplo com “vocação” para o comércio, sofreram dura perseguição da imprensa e das autoridades policiais.

Desde o final do século XIX os jornais locais foram um instrumento de divulgação e propaganda de emprego na agricultura. A oferta de trabalho era tanto para o café como para a cana-de-açúcar. Havia necessidade do trabalho nas etapas correspondentes a formação dessas lavouras até etapas como corte, transporte etc. E dada a frequência destes anúncios, é possível identificar a dificuldade de manter e fixar as famílias de colonos às fazendas até às primeiras décadas do século XX.

*“Fazendas Paraíso e São Lourenço (Estação Paraíso). Nestas fazendas precisam-se ... colonos para plantação de canna ... paga-se a razão de 15\$000 por carro ... empreiteiros para plantação de café e sua manutenção por quatro anos. Preços para esta empreitada a combinar-se ... Para mais informações dirigir-se a Administração das fazendas”.*<sup>6</sup>

O impacto mais geral da imigração pode ser percebido através do crescimento da sua participação na população total da região de Piracicaba. No ano de 1872 havia na região 2015 estrangeiros dos quais 1733 em Piracicaba correspondendo a 8,6% da população total. Em 1920 encontra-se na região 22.430 indivíduos estrangeiros representando 16,31% da população total. A imigração pôde ser assim considerada como uma importante fonte de mão-de-obra para as atividades agrícolas. Principalmente para as fazendas de cana e café.

Embora o colonato se configurasse como a principal relação de trabalho na agricultura, com a abolição do trabalho escravo, é a partir de 1930 que a expansão das atividades agroindustriais vão imprimir um conjunto de modificações que terão efeitos significativos no mercado de trabalho de Piracicaba.

---

<sup>6</sup> Jornal de Piracicaba, 25/03/1920.

## TRABALHADOR, MÁQUINA E CANA-DE-AÇÚCAR

A primeira vista, a década de 1930 inaugura uma etapa promissora para a expansão das usinas de açúcar proporcionando períodos distintos para o colonato: aquele em que os fazendeiros alternavam a expansão ou não da área cultivada pela cana-de-açúcar conforme os atrativos e dificuldades da cultura cafeeira e outro período a partir da crise cafeeira, com predomínio da cultura de cana.

A crise 1929 e a derrocada decisiva do café nos mercados internacionais reforçou em Piracicaba, sua substituição pela cana. Ademais a mudança do cenário político econômico do Brasil inaugurada com a Revolução de 1930 e as intervenções postas em prática deram um impulso ainda maior a potencialidade canavieira do município. Vale destacar a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) em 1993, que ao reforçar e elevar o açúcar à condição de questão nacional, amparou e resguardou o interesse dos proprietários envolvidos nas atividades canavieira-açucareira.<sup>7</sup>

No ano de 1930, em São Paulo, 79% do açúcar produzido era oriundo de usinas e 21% dos engenhos. Em 1940, 85% do açúcar produzido no Estado era de usinas e apenas 15% dos engenhos.<sup>8</sup> Na relação das usinas em Piracicaba e região registra-se um aumento considerável: de vinte usinas em 1929/30 ampliou-se para trinta e oito ao término da Segunda Guerra Mundial.<sup>9</sup>

Para termos uma idéia aproximada deste cenário apresentamos a relação das usinas de Piracicaba e de alguns municípios próximos no ano de 1958, com suas respectivas produções de açúcar.

---

<sup>7</sup> Para os proprietários deste artigo não é o caso de nos determos numa análise sobre o I.A.A. Vários estudiosos trataram dessa investigação como SZMREESÁNYI, 1979, GNACCARINI, 1972.

<sup>8</sup> BRAY, 1989.

<sup>9</sup> MALUF, 1984.



MUNICÍPIOS	USINAS	SACAS DE 60 Kg
<b>Piracicaba</b>	Usina Costa Pinto	416.627
	Usina Piracicaba	402.000
	Usina Monte Alegre	396.882
	Usina Modelo	170.009
	Usina Tamandupá	97.114
	Usina Santo Antonio	69.167
<b>Rio das Pedras</b>	Usina Santa Helena	281.881
	Usina Bom Jesus	195.389
	Usina São Jorge	149.120
	Usina São José	82.980
<b>Santa Bárbara D'Oeste</b>	Usina Santa Bárbara	407.893
	Usina De Cilo	330.521
	Usina Furlan	83.011
	Usina Azanha	73.566
<b>Charqueada</b>	Usina São Francisco	255.364

Fonte: IAA – Jornal de Piracicaba, 26/03/1958.

O impacto da expansão das usinas de açúcar no mercado de trabalho local pode ser percebido tanto no que diz respeito à atividade industrial como à atividade agrícola e neste caso na própria configuração agrária do município. Quanto à atividade industrial cada vez mais os procedimentos pouco padronizados e rudimentares vão cedente lugar à uma condução mais científica da produção. Neste caso novas funções aparecem substituindo antigas atividades. Como por exemplo, a alimentação das moendas que neste caso, não mais necessita de uma equipe de moendeiros necessária ao antigo engenho. Esta equipe passa a ser substituída por trabalhadores capacitados para acionar e contratar os mecanismos impulsionadores desta atividade. Gradativamente também outras funções vão sendo afetadas como os caldeireiros, tacheiros e purgadores pela utilização de modernos equipamentos a vácuo e mecânico e seus respectivos operadores e auxiliares<sup>10</sup>. Acompanhando estas transformações também foi sendo reconfigurada a atividade administrativa. *“O senhor de engenho, feitores e mestres de açúcar da velha estrutura do engenho cederam lugar, nas usinas, aos gerentes, encarregados, químicos, técnicos de laboratório, mecânicos para reparações e uma significativa variedade de funções auxiliares (almoxarifes, balanceiros etc.)”*.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Isto se verifica principalmente quanto ao transporte do bagaço que vai desde a fabricação, purificação até a cristalização e purgagem numa operação de modernos equipamentos tais como sulfitor, caleador, aquecedor, clarificador, filtro, evaporador, cozedor (ou vácuo), cristalizador, turbina. MALUF, 1984, p. 23.

<sup>11</sup> MALUF, 1984, p. 23.

Apesar dos estudos identificarem certas especificidades nas relações de trabalho, na passagem do engenho à usina evidenciando a sua consolidação enquanto unidade fabril tipicamente capitalista, as relações de trabalho no campo ainda vão permanecer aproximadamente por duas décadas (1940-1950) ancoradas no colonato, como alternativa de cultivo e oferta de cana oriunda de suas próprias terras, apesar da sazonalidade na absorção de mão-de-obra na cana-de-açúcar. Ou seja as usinas vão estabelecer contratos com colonos para que cultivassem cana nas suas terras, ainda num período em que a sazonalidade na contratação da mão-de-obra não era acentuada.

Ao lado disto as transformações em curso se deparam com um mercado de trabalho que não dispunha ainda de um excedente de mão-de-obra fartamente disponível para as propriedades agrícolas. A possibilidade de contratar em determinada época, dispensar e voltar a contratar era um risco que os proprietários buscaram afastar.<sup>12</sup> Ainda nos anos 30, o cultivo de cana de açúcar se expandia paralelamente a uma significativa produção de alimentos desenvolvida nas pequenas propriedades que ainda atribuíam a Piracicaba um traço essencialmente policultor:

#### **Produção dos Principais Produtos Agrícolas – Piracicaba – 1934**

<b>Produtos</b>	<b>Piracicaba</b>	<b>São Paulo</b>	<b>% sobre o Estado</b>
Mamona	1.360 kgs	3.336.641 kgs	0,04
Batata	25.072 ars	10.471.873 ars	0,24
Alfafa	47.650 kgs	11.923.308 ars	0,40
Mandioca	2.500 scs	1.247.900 scs	0,20
Café	229.133 ars	59.908.693 ars	0,50
Feijão	26.183 scs	4.073.157 scs	0,64
Arroz	87.428 scs	9.934.094 scs	0,88
Milho	417.671 scs	25.908.751 scs	1,61
Fumo	7.613 ars	199.847 ars	3,81
Algodão	300.000 ars	7.200.000 ars	4,00
Polvilho	100.100 kgs	1.008.173 kgs	9,93
Canna de Assucar	380.000 tns	1.965.000 tns	19,34

Fonte: NEME, 1936, p. 144, Apud BILAC E TERCI, 2001.

<sup>12</sup> Ver SILVA, 1980.

## IMIGRANTES, COLONOS E PROPRIETÁRIOS RURAIS

Entre 1930 a 1950, as relações de trabalho baseadas no colonato e a possibilidade de várias famílias rurais sobreviverem da atividade agrícola enquanto proprietários ainda permitia uma relativa mobilidade para a mão-de-obra rural na definição alternativas de sobrevivência. Por outro lado o município vivia um momento específico do seu desenvolvimento econômico, no qual o problema da falta de mão-de-obra parecia equacionado. De acordo com parcelas significativas de imigrantes e seus descendentes, indicando que em 1935/36 os italianos possuíam na região 47.057 alqueires de terra, cujas propriedades estavam distribuídas entre 1858 agricultores. Em 1938, “*em toda a região a posseção do solo pelo estrangeiro representa 44,87% da área das propriedades agrícolas*”.<sup>13</sup>

Esses dados revelam, no caso específico de Piracicaba, a importância relativa dos estrangeiros no meio rural. No ano de 1940 os estrangeiros representavam aproximadamente 6,53 da população do município. Neste mesmo ano a participação de estrangeiros na população do Estado de São Paulo era maior do que aquela do município de Piracicaba, ou seja, era de 11,98% aproximadamente, como mostra os dados a seguir.

POPULAÇÃO		
Nacionalidade	Piracicaba	Estado de São Paulo
Brasileiros natos	70.909	6.363.320
Brasileiros naturalizados	866	52.111
Estrangeiros	4.632	761.991
Nacionalidade não declarada	9	2.894

IBGE – 1940.

A análise dos dados sugerem que no município, a participação do imigrante no conjunto da população foi inferior quando comparada ao Estado de São Paulo. No entanto Piracicaba pôde não só atrair imigrantes como oferecer condições satisfatórias de vida que facilitaram a sua adaptação e permanência, oferecendo oportunidades relativamente estáveis de trabalho e oportunidade para se tornarem pequenos proprietários rurais. Isto revela que os imigrantes de modo geral constituíram uma significativa fonte de mão-de-obra, e que desde o início do século XX, a chegada deste

<sup>13</sup> CANABRAVA, 1938, pp. 317-318.

contingente populacional não desestabilizou as relações de trabalho. Pelo contrário, o progresso econômico piracicabano, ao expandir suas atividades comerciais, industriais e de serviços, expandia também sua oferta agrícola, crescendo a produção canavieira no interior de uma produção diversificada de produção agrícola. Nas palavras de Milliet:

*“Sem equistamentos étnicos, bem diluída na população brasileira e bem adaptada às condições favoráveis de clima e solo, essa população estrangeira fundou-se aos poucos com a nativa e constituiu uma verdadeira contribuição de valor para o progresso da região. Nunca houve no município grandes entradas de imigrantes. Para lá se dirigiram sempre, em permanente corrente ... os elementos mais estáveis ...”*.<sup>14</sup>

Vale ressaltar que uma parcela significativa de imigrantes em Piracicaba, esteve concentrada nas atividades agrícolas canavieiras na condição de colonos não proprietários, não se diferenciando portanto das oportunidades de trabalho colocadas para o imigrante no Estado de São Paulo no período de expansão cafeeira. Contudo, no caso específico das lavouras canavieiras, a partir de 1940, sob a liderança das usinas-de-açúcar, vão estar presente também nas atividades agrícolas os chamados “camaradas”. Isto porque a usina, ao se tornar uma grande compradora de terras no município e na região, não manteve o mesmo regime de trabalho que vinha adotando até então. Como mostra o exemplo a seguir, a Usina Monte Alegre, que mantinha a produção de cana fundamentalmente de responsabilidade de colonos, passa a empregar numa parte de suas terras, trabalhadores assalariados que moravam nas colônias da usina e trabalhavam durante todo o ano na cana.

---

<sup>14</sup> MILLIET, 1982, p. 172.

<b>Produção de Cana da Usina Monte Alegre</b>			
<b>Ano</b>	<b>Categoria/ Produção de Cana (Kg)</b>		
	<b>Colono (Kg)</b>	<b>Camadas (Kg)</b>	<b>Fornecedores (Kg)</b>
1941	108.208.541	5.796.162	6.497.959
1942	162.613.291	16.276.772	7.295.291
1943	118.248.987	38.330.552	4.981.202
1944	86.638.011	38.750.917	5.332.768
1945	71.646.238	35.960.974	5.485.967
1946	101.195.862	84.810.257	9.860.383
1947	77.419.356	87.574.528	20.218.497
1948	60.032.613	72.761.580	25.826.617

Fonte: Relatório da Usina Monte Alegre.

Os fornecedores de cana que até meados da década de 1940 ainda não contribuía significativamente para o abastecimento de cana às Usinas, aumenta sua contribuição ao lado dos camaradas em detrimento da contribuição dos colonos de cana. Em outras usinas do município, estes procedimentos foram sendo adotados, acompanhando a reestruturação do processo produtivo em curso neste período.

Nos anos finais da década de 1940, a expansão da cultura de cana-de-açúcar no município já iniciara um processo de redefinição na quantidade e qualidade da mão-de-obra empregue nesta atividade. As usinas de açúcar já demonstravam claramente a sua condição de proprietárias de terra e o seu interesse em expandir suas propriedades limitando portanto a disponibilidade de terras no município e região. O crescimento verificado na área colhida com cana-de-açúcar aconteceu paralelamente a implantação de novos métodos gerenciais que organizaram a produção de modo mais eficiente com formas mais avançadas de controle sobre o processo de trabalho e recursos mecânicos mais apropriados.<sup>15</sup>

A partir deste momento a quantidade total de cana produzida no município passa de 443.076 toneladas em 1940 para 749.768 toneladas em 1950. Entre as safras de 1946/47 e 1965/66 a participação dos fornecedores de cana sobe de 25,2% para 57,8%. A medida que o colonato sofria uma diminuição significativa na oferta de canas a usina

<sup>15</sup> Os estudos mostram que a partir de 1940 cresce não só a utilização de tratores como cresce também a demanda por tratores mais potentes, assim como a utilização de arados de tração mecânica e o transporte com caminhões substituindo “veículos de animais”. Para termos uma idéia, “se em 1960 a porcentagem de estabelecimentos que utilizam tratores no estado não atinge 6%, ela atinge mais de 11% no município de Piracicaba e mais de 14% na microregião”, (MALUF, 1984, p. 80)

ia cedendo lugar aos camaradas e fornecedores de cana. Não só registra-se um processo de relativa concentração de terras nas mãos de usineiros e fornecedores de cana como também a sua valorização.

Diante destas transformações as elites agrárias de Piracicaba vão manifestar através do jornal local, a preocupação com a chegada de novos imigrantes e a impossibilidade de proporcionar condições de trabalho e sobrevivência conforme fôra proporcionado em décadas passadas. Já não era possível oferecer perspectivas para o imigrante em relação a propriedade da terra nem em relação a reprodução do colonato dentro das propriedades.

Entretanto, no crescimento populacional de Piracicaba da década de 1950, foi identificado a presença de migrantes oriundos do próprio Estado de São Paulo. Entre 1950 e 1960, o município recebeu 35.000 novos habitantes, que na sua quase totalidade tinham residido anteriormente no próprio Estado.<sup>16</sup> Estes dados confirmam que Piracicaba alcança a condição de um núcleo urbano relativamente importante no interior do Estado atraindo um fluxo migratório que com certeza refletiu na composição do seu mercado de trabalho e no índice de urbanização da cidade. Tal fato permite admitir que a expansão canavieira-açucareira desempenhou um papel importante no dinamismo urbano de Piracicaba, principalmente pelo seu vínculo com o crescimento das indústrias metal-mecânicas e indústrias de doces, confeitos e conservas.

## **CANA, AÇÚCAR E O POLO INDUSTRIAL PIRACICABANO**

A ascensão do açúcar em Piracicaba se dava condições muito diferentes das que presidiram sua presença em décadas passadas. No campo econômico produziu vantagens que permitiram o desenvolvimento das forças produtivas inserindo a economia piracicabana no movimento industrial vivido naquele período pela economia brasileira. Em Piracicaba várias indústrias de doces, biscoitos e confeitos passam a compor o cenário industrial do município. Desde 1940, Agostinho Martini Netto se encontra a frente de sua fábrica de Doces e Conservas Martini Ltda. Em 1955, Sérgio Leopoldino Alves, José Leopoldino Alves, Lourival Leopoldino Alves e Silvino Ometto, fundam a S.L. Alves S/A, a Indústria e Comércio de Biscoitos, Macarrão e Pão

---

<sup>16</sup> MALUF, 1984, p. 60.

de Mel (Biscoito Júpiter). Em 1959, José Petrin é o proprietário da Atlante S/A – Balas e Caramelos tendo também em 1962 a concorrência dos Irmãos Rambaldo S/A.

Além destas indústrias, a expansão açucareira ofereceu uma situação propícia para a expansão das Oficinas Dedini que expressavam na realidade o conjunto de três fábricas: M. Dedini S.A. – Metalúrgica, Codistil (Construtora de Destilarias Dedini Ltda) e Mause Metalúrgica de acessórios para Usinas. Essas fábricas foram embrionariamente constituídas a partir da Oficina Dedini fundada em 1920 pelos irmãos Márcio e Armando Dedini e tinha por finalidade consertar utensílios e veículos agrícolas. O grande desafio desta oficina em seus primórdios foi a busca da assimilação tecnológica dos equipamentos para fabricação de açúcar a partir dos modelos que reparava ainda prestando serviços aos engenhos e usinas de pequeno porte. Iniciou com a fabricação de moendas, o que permitiu-lhe saltar da condição de oficina para pequena indústria, diferenciando-se dos demais concorrentes do gênero.<sup>17</sup>

No I Congresso Açucareiro, o professor Jayme Rocha de Almeida diretor do Instituto Zimotécnico da cidade de Piracicaba, no seu discurso, homenageou M. Dedini e Cia., lembrando que há tempos atrás os usineiros dependiam 100% da maquinaria e equipamentos de origem estrangeira e agora com a indústria nacional não havia mais esse problema. Utilizando o relatório de Barbosa Lima Sobrinho lembra também que a fixação da quota de 30.000 sacos para as usinas era considerado um limite baixo, mas devia-se a deficiência da indústria nacional de equipamento.<sup>18</sup>

A repercussão da participação das Oficinas Dedini no I Congresso Açucareiro Nacional, com a montagem de um “*primoroso stand no qual puderam apresentar o grau de desenvolvimento a que atingiu sua indústria*”, foi tão favorável, que 26 usineiros dos Estados do Nordeste do país (Alagoas, Sergipe e Pernambuco) manifestaram desejo de conhecer “*a maior organização brasileira do ramo instalada em Piracicaba*”. Puderam confirmar os benefícios desse investimento durante a visita às Usinas Costa Pinto e Modelo, constatando a presença da maquinaria feita em Piracicaba.

Em meados dos anos de 1950 a imprensa local noticiava que a Indústria Açucareira Nacional devia a Mario Dedini sua sobrevivência que seria impossível sua modernização diante da dificuldade para importação de maquinário no período da Guerra:

---

<sup>17</sup> NEGRI, 1977.

<sup>18</sup> Jornal de Piracicaba – 29/09/1949.

*“Entre 1943 e 1959, a Oficina Dedini tornou-se um grupo, inaugurando no período 6 empresas que produziam alambiques de aguardente, destilarias de álcool, acessórios para usinas, peças de cerâmica para atender a demanda interna da empresa, aço e vergalhão para construção civil, transformadores elétricos e implementos agrícolas”.*<sup>19</sup>

Os resultados para a economia da cidade também podiam ser verificados pela evolução do número de trabalhadores envolvidos pela expansão das fábricas do Grupo Dedini. Seu maior incremento se dá no pós-guerra com o excelente desempenho das fábricas Codistil e Mause que no ano de 1950 já absorviam 28,6% do total de trabalhadores do grupo. Em 1943 o grupo empregava 233 trabalhadores, em 1945, 505 trabalhadores e no ano de 1950 esse número ultrapassava 1000 trabalhadores.<sup>20</sup>

A expansão industrial pressionava a demanda por eletricidade – *“a fome de energia elétrica”* – expressava os efeitos da ofensiva produtiva, estimulando afirmações como: *“está é uma das zonas de mais pesada demanda de todo São Paulo”*. Tal afirmação foi feita por um grupo de engenheiros da Cia. Paulista de Força e Luz, ao realizar uma viagem de rotina pelo interior de São Paulo, para levantar as perspectivas de expansão da Companhia. Um dos motivos do crescimento da demanda por eletricidade era atribuído ao desenvolvimento da indústria siderúrgica local. As novas instalações da Siderúrgica Dedini despontavam com a montagem de um forno elétrico de 20 toneladas, que trabalhava ininterruptamente dia e noite. Para satisfazer tal realização, foi preciso montar uma sub-estação própria, na qual a Dedini empregou dezenas de milhares de cruzeiros, obrigando a Cia. Paulista de Força e Luz a rever seus planos de distribuição de energia elétrica nesta parte do Estado de São Paulo.<sup>21</sup>

A importância da Siderúrgica Dedini S.A. cresce assim como também cresce o nº de trabalhadores absorvidos por esta fábrica como demonstram os dados:

---

<sup>19</sup> BILAC e TERCI, 2001, p. 77.

<sup>20</sup> NEGRI, 1977, p. 60.

<sup>21</sup> Jornal de Piracicaba – 26/03/1958. A Siderúrgica Dedini S.A., fundada em 1955 visava integrar verticalmente a produção, oferecendo peças fundidas em aço, ferro e bronze requeridas pelas demais empresas do Grupo. Foi com a produção de ferros para a construção civil que a empresa registra maior progresso. NEGRI, 1977, p. 89.



---

**SIDERÚRGIA DEDINI S.A.**


---

<b>Ano</b>	<b>Nº de Trabalhadores</b>	<b>Produção (1000 +)</b>	<b>Valor de Vendas Cr\$ 1000,00</b>
1955	45	3,0	552
1956	75	5,1	1070
1957	225	16,1	5052

Fonte: NEGRI, 1977, p. 89.

Neste contexto era inevitável o impacto da expansão industrial na formação e crescimento da mão-de-obra fabril, impulsionada pelo progresso das usinas de açúcar e pela trajetória do Grupo Dedini. Retratando esta situação Negri chama atenção para o nível de articulação e influência que há entre a agroindústria canavieira e a constituição do Grupo Dedini entre 1930 à 1960: “*evidencia-se o problema de uma unidade industrial, com quase total dependência de um único mercado ...*”.<sup>22</sup> Uma outra característica da estrutura fabril neste período é a presença de grandes estabelecimentos concentrados nas fábricas do Grupo Dedini, liderando a oferta do emprego industrial numa escala crescente no período de 1943 a 1970.

### **REDEFINIÇÃO NO PERFIL AGRÍCOLA POLICULTOR DE PIRACICABA**

Evidentemente também a produção agrícola do município foi afetada com a expansão da agroindústria açucareira. Registrou-se uma significativa alteração nos produtos cultivados no município e região. Aquela estrutura policultora apresentada anteriormente vai cedendo lugar a uma estrutura produtiva bastante centrada na produção canavieira/açucareira. Entre os anos de 1940 a 1975 torna-se cada vez mais evidente a expansão das culturas temporárias em detrimento das culturas permanentes.

Buscando compreender melhor esta transformação cabe evidenciar que a alteração da pauta de produtos cultivados em Piracicaba se deu pela substituição de culturas “*tradicionais*”, intensivas na utilização de mão-de-obra, por culturas modernas, relativamente mais tecnificadas e poupadoras de mão-de-obra, acentuando a sazonalidade do emprego na agricultura. Estes são os casos, por exemplo do café e do algodão.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> NEGRI, 1957, p. 156.

<sup>23</sup> MALUF, 1984.

Através de um breve resgate sobre as culturas que cederam espaço para expansão canavieira Maluf chama atenção para os seguintes aspectos: ao lado do café e do algodão, a cana também desalojou o feijão e o milho que diminuí seu peso relativo tanto em termos de quantidade produzida como em área. Enquanto que a quantidade de cana moída pelas usinas de Piracicaba salta de 957.370 toneladas em 1946/47 para 14.018.520 toneladas na safra 83/84.<sup>24</sup>

Neste sentido já está colocado para o município o impacto da sedimentação da monocultura canavieira tanto para o emprego agrícola como para o cenário rural como um todo. É inquestionável o reflexo destas transformações tanto no que diz respeito a quantidade como a qualidade do trabalho demandado na região. Diante de uma sazonalidade acentuada pela expansão canavieira o trabalhador agrícola se vê diante de uma oportunidade no mercado de trabalho que o desafia a conviver com período de emprego, subemprego ou desemprego.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vários estudos afirmam que desde o início da década de 1930 se detectava a preocupação de parte da elite local com os problemas da configuração da monocultura canavieira de Piracicaba, principalmente a desarticulação da “sociedade rural” e, conseqüentemente, o êxodo rural. Esse ambiente rural que mantinha o homem fixo ao campo absorvendo 62,5% da população total de Piracicaba em 1934 era viabilizado pela pequena propriedade, pela policultura e pela presença do colonato na cana.<sup>25</sup> O colonato foi desaparecendo com a mecanização da agricultura, ao lado da perda gradativa de importância da pequena propriedade e da policultura e, já em 1950 a população urbana supera a rural e fica, a partir da década de 1990, inferior a 5% da população total.

---

<sup>24</sup> MALUF, 1984.

<sup>25</sup> BILAC e TERCI, 2001.

**Evolução da População Total, Urbana e Rural, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica, segundo o município de Piracicaba, 1940-1991**

**POPULAÇÃO**

Anos	Total		Urbana		Rural		Taxa De	Densidade
	Índice		Índice		Índice		Urbanizaçã	Demográfica
	Nº 1940=100		Nº 1940=100		Nº 1940=100		o (%)	Hab/Km <sup>2</sup>
1920	67.732							
1940	76.416	100,0	33.771	100,0	42.645	100,0	44,1	48
1950	87.835	114,9	47.787	141,5	40.048	93,9	54,4	55
1960	115.403	132,2	82.303	172,2	33.887	84,6	70,8	82
1970	152.505	131,2	127.818	155,3	24.687	72,9	83,8	107
1980	214.307	184,5	197.988	240,6	16.406	48,4	92,3	151
1991 <sup>26</sup>	283.833	247,8	269.961	337,6	13.872	29,1	96,5	203

Fonte: FIBGE Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960.

**Número de Estabelecimentos por Grupo de Área de Lavoura – Piracicaba/SP**

GRUPOS DE ÁREA	ANO			
	1970	1975	1980	1985
Menos de 2 há	154	91	73	112
1 a menos de 2 há	142	74	41	75
2 a menos de 5 há	420	262	185	219
5 a menos de 10 há	545	342	227	212
10 a menos de 20 há	189	396	276	277
20 a menos de 50 há	290	253	293	254
50 a menos de 100 há	81	95	99	118
100 a menos de 200 há	33	31	48	54
500 a menos de 1000 há	25	27	25	30
1000 há e mais	10	11	11	16
<b>TOTAL</b>	<b>2.195</b>	<b>1.585</b>	<b>1.264</b>	<b>1.373</b>

Fonte: Banco de dados de Economia/Unimep.

<sup>26</sup> Estimativa SEADE. NEGRI & LEME, março/91. Apud Acervo NPDR.

Os dados apresentados nos dão uma idéia do processo de concentração fundiária e seu peso relativo na alteração do ambiente rural. Há uma redução tanto do número quanto da área total ocupada pelos estabelecimentos menores – de menos de 1 há. a 50 há. Observa-se uma sensível recuperação no número de estabelecimentos com menos de 5 há, o que no entanto pode ser explicado pelo crescimento do número de chácaras e, portanto, não necessariamente significa desconcentração fundiária na medida em que pode ter ocorrido devido a fracionamento de pequenas propriedades. Isto se confirma muito embora haja uma sensível recuperação. A situação se inverte para os estabelecimentos maiores, com área superior a 50 há., havendo um aumento do número de estabelecimentos nestes casos.

Conforme mencionamos, a mecanização das atividades agrícolas foi igualmente responsável, tanto pelo empobrecimento dos assalariados rurais como pelo êxodo rural entre as décadas de 1950 a 1970. Foi com a industrialização pesada que a agricultura se tornou definitivamente parte integrante de um conjunto maior de atividades interrelacionadas. Em outros termos, passou a ser demandante dos equipamentos produzidos pelas indústrias e, em certa medida, tornou-se dependente das inovações criadas pelo mesmo processo de industrialização.

*“Foi exatamente no final do período de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, mas também a de fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não poderá mais ser vista apenas no seu papel passivo, como postulavam as análises dualistas; ela irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industriais, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros”.<sup>27</sup>*

A grande questão é que, conforme salientou Graziano da Silva<sup>28</sup>, a modernização da agricultura paulista, predominante nos anos 60/70 é apenas parcial: ocorre

---

<sup>27</sup> SILVIA, 1980, p. 68.

<sup>28</sup> Ibid.

principalmente nas fases da produção características da entressafra, como o plantio e os tratamentos culturais, ficando a colheita (safra) dependente do trabalho manual e, portanto, de um volume grande de trabalhadores.<sup>29</sup>

Isto implica no aumento da ocupação sazonal da mão-de-obra na lavoura canavieira, que tem a demanda sensivelmente aumentada no período da colheita: surge o trabalhador temporário, ou volante, contratado para o corte da cana e dispensado na entressafra. Finda a fase da colheita a grande maioria dos trabalhadores fica sem emprego na lavoura canavieira e tem que buscar alternativas no meio rural e/ou urbano.

A configuração da monocultura da cana inviabiliza a inserção desses trabalhadores em outras lavouras, restando como alternativa as atividades não qualificadas do meio urbano. Assim, temos então a explicação para a inversão da proporção entre população rural e urbana mencionada anteriormente: o aumento da sazonalidade da ocupação da mão-de-obra na lavoura canavieira aliada à ausência de alternativas de emprego na lavoura, a medida que a cana-de-açúcar configurou-se como monocultura.

## **BIBLIOGRAFIA**

BILAC, M. B. & TERCI, E. T. *Piracicaba de Centro Policultor a Centro Canavieiro*. Piracicaba: M. Bilac, 2001.

BRAY, S. C. *A Formação do Capital na Agroindústria de São Paulo: Revisão dos Paradigmas Tradicionais*. São Paulo, UNESP, 1989, mimeo.

CANABRAVA, A. P. & MENDES, M. C. T. A Região de Piracicaba, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol XLV, Piracicaba, 1938.

GNACCARINI, J.C.A. *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria do Estado de São Paulo*. São Paulo, FFLCH, USP, 1972, tese de doutoramento, mimeo.

MALUF, R. S. (org.) *Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba*. Piracicaba: Editora Unimep, 1984.

---

<sup>29</sup> A questão da proletarização do trabalho rural em Piracicaba foi bastante explorada nos trabalhos de MALUF, 1984 e 1987; PERES, 1991.

- MENDES TORRES, M. C. *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.
- MILLIET, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*s. São Paulo: Hucitec, 1982.
- NEGRI, B. *Um Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: análise do Grupo Dedini (1920-1945)*. Campinas, Unicamp, 1977, dissertação de mestrado, mimeo.
- NEGRI, B. & LEME, H. J. C. *Indicadores Sócio-Econômico para Municípios Paulistas*. março/91. Apud Acervo NPDR. (apêndice estatístico) mimeo.
- PERES, M. T. M. *O Colonato de Cana na Modernização da Usina Monte Alegre (1930-1950)*. São Paulo, PUC, 1991, dissertação de mestrado, mimeo.
- PETRONE, M. T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. S.Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- RAMOS, P. *Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. São Paulo, FGV, 1983, dissertação de mestrado mimeo.
- SILVA, J. G. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SZMREESÁNYI, T. *O Planejamento na Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. S.Paulo: Hucitec, 1979.
- TERCI, E. T. *A Agroindústria Canavieira de Piracicaba: Relações de Trabalho e Controle Social (1888 – 1930)*. São Paulo, PUC, 1991, dissertação de mestrado, mimeo.